



Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB  
*Brazilian Foreign Trade Association*

**SENADO FEDERAL**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 595, DE 2012**

**DISPÕE SOBRE EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA,  
PELA UNIÃO, DE PORTOS E INSTALAÇÕES  
PORTUÁRIAS E SOBRE AS ATIVIDADES  
DESEMPENHADAS PELOS OPERADORES  
PORTUÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO**

**Brasília, 12 de março de 2013**



## **2 - AEB**

**A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que congrega e representa o segmento empresarial de exportação e importação de mercadorias e serviços, bem como as atividades correlatas e afins.**



### **3 – ATUAÇÃO DA AEB**

**A AEB, ao longo dos seus 43 anos de existência, tem defendido firmemente a adoção de medidas para o fortalecimento da competitividade do comércio exterior brasileiro, via:**

- desburocratização e facilitação comercial;**
- racionalização e redução da carga tributária;**
- ampliação das linhas de financiamento e garantias;**
- melhoria da infraestrutura de transporte e logística.**



**A AEB apóia toda e qualquer medida para reduzir o já famoso “Custo Brasil” e elevar a competitividade do comércio exterior, em especial de produtos brasileiros na exportação, sendo o custo da logística portuária um dos itens que compõe este custo.**

**Todos concordam que, para ampliar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional é necessário melhorar significativamente a infraestrutura, o que requer investimentos públicos e privados.**

**Porém, para se ter um ambiente que estimule investidores a aplicar recursos, em somas expressivas para recuperar o tempo perdido, é preciso ter segurança jurídica, decorrente de regras claras e estáveis.**



**A MP 595 traz avanços ao abrir espaço para o investimento privado e ampliar a competição, mas também retrocessos.**

**A MP teve procedimento distinto do verificado na elaboração da Lei nº 8.630/1993, conhecida como Lei de Modernização dos Portos, amplamente debatida no Congresso e integralmente revogada pela MP 595, como se fosse completamente ultrapassada e não tivesse viabilizado importantes melhorias no setor portuário ante a situação vigente anteriormente.**

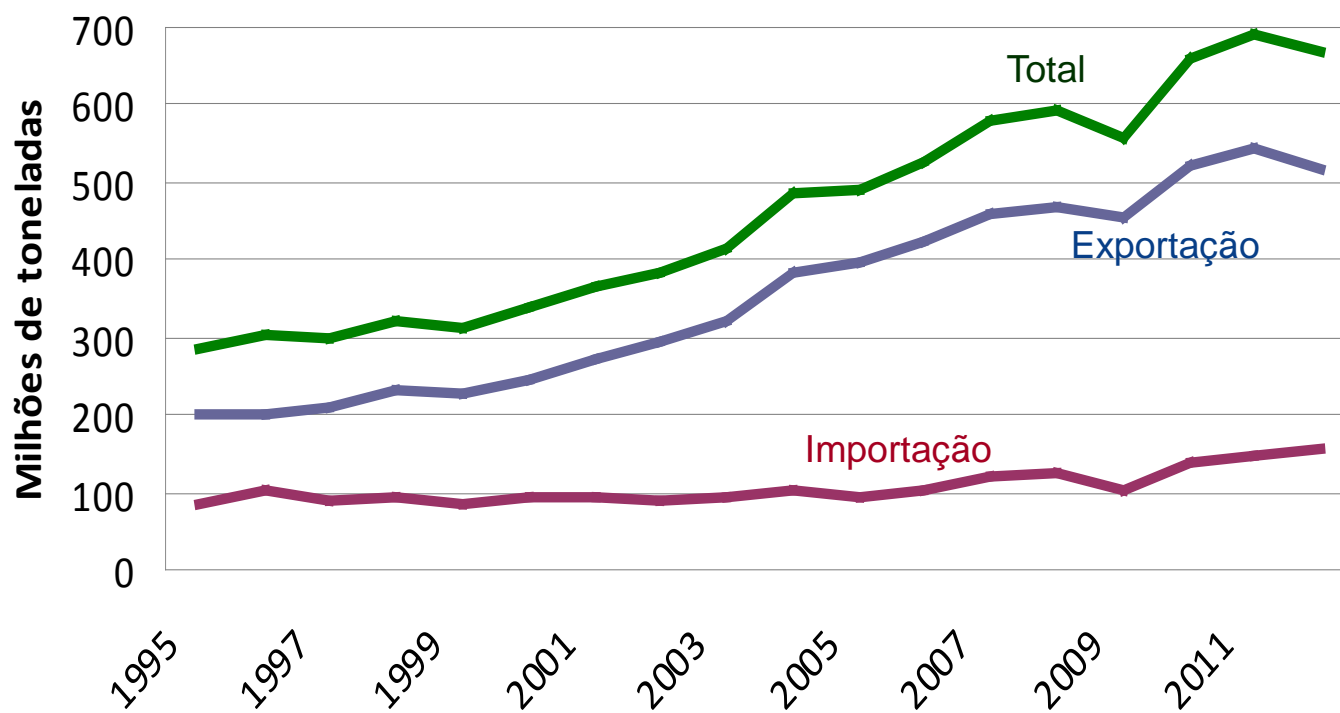
**A Lei nº 8.630/93 promoveu ampla reforma do sistema portuário, priorizando a maior participação do setor privado na exploração e gestão dos portos. Também flexibilizou as normas relativas às relações de trabalho no ambiente portuário.**

**Com isso, obteve-se melhoria expressiva nos investimentos, com ganhos de eficiência e ampliação do sistema portuário.**



**Não fosse isso, teria sido difícil dar conta do crescimento do volume verificado no comércio exterior brasileiro nos últimos anos.**

### Brasil - Exportações e Importações





**O Brasil, país exportador de peso, com 95% em peso e 85% em valor das exportações realizadas via marítima, ou seja, via PORTOS.**

**O comércio exterior do Brasil não dispõe de meios de transporte alternativos, sendo a via marítima a ÚNICA opção.**

**Assim, PORTOS eficientes são uma questão de sobrevivência para o comércio exterior brasileiro.**



## **8 - CAP – CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA**

**Possivelmente, muitos dos presentes somente recentemente ouviram falar de CAP nos portos organizados (públicos), apesar de ter sido criado pelo art. 31 da Lei nº 8.630/1993.**

**O CAP é como juiz de futebol: quanto menos aparecer melhor, pois significa que está desempenhando bem sua função, realidade de hoje.**





## **9 - CONSTITUIÇÃO DO CAP**

**Objetivos do CAP são estimular competitividade, aumentar produtividade, reduzir custos, aprovar plano de desenvolvimento e zoneamento, homologar diretrizes.**

**CAP é constituído por 4 blocos: poder público, operadores portuários, trabalhadores e usuários (exportadores e importadores).**

**Os membros do CAP são indicados por entidades da sociedade civil e designados por Portaria da Secretaria Especial de Portos (SEP).**

**O mandato dos Conselheiros do CAP é de 2 anos, renovável por iguais períodos.**

**Membros do CAP não recebem qualquer remuneração.**



## **10 - ATUAÇÃO DO CAP**

**O CAP é exemplo de Governança Corporativa, no qual tanto o poder público, como operadores portuários, trabalhadores e usuários dos serviços portuários e afins podem participar, de forma colegiada, da racionalização e da otimização do uso das instalações portuárias.**

**O CAP veio fomentar a ação industrial e comercial do porto, zelando pelo cumprimento das normas de defesa da concorrência.**

**Pelas suas funções, o CAP se constituiu em órgão auxiliar do "controle externo", fornecendo informações, sugestões e denúncias para saneamento de irregularidades.**

**A atuação do CAP tem aprovação quase unânime de diferentes entidades empresariais, laborais, governos estaduais e municipais.**



## **11 - RECONHECIMENTO DA ATUAÇÃO DO CAP**

**A AEB, em conjunto com 17 expressivas entidades de âmbito nacional e regional, encaminhou correspondência aos membros dessa Comissão Mista, defendendo resgate do CAP como órgão deliberativo.**

**Algumas dessas entidades são: FECOMÉRCIO-RS, FIRJAN, SINDAÇUCAR-PE, Câmara Brasileira de Contêineres – CBC, SINDICATO dos CONFERENTES de Carga e Descarga nos Portos do RJ, SINDIEX-ES, SINDIEX-PR, Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM, entre outras com elevada representatividade.**



## **12 - DECISÕES DA MP 595 SOBRE O CAP**

**Apesar de todos aspectos positivos, o art. 16 da MP 595 retira do CAP sua atribuição de órgão DELIBERATIVO e o transforma em inexpressivo órgão CONSULTIVO, além de não definir como será sua composição e quem indicará os componentes.**

**Assim, os diferentes segmentos envolvidos nas atividades portuárias estarão excluídos de atuar para melhorar os aspectos operacionais e de custos nos portos, reduzindo a transparência e eliminando a participação da sociedade no processo decisório, inclusive do poder público e dos agentes econômicos das localidades onde se situam os portos.**

**Apenas como registro, a última greve de trabalhadores portuários (exceto a de fevereiro último) foi em 1995. As freqüentes e constantes greves portuárias são de servidores públicos.**



## **13 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**A MP 595 não reforma as administrações portuárias, como era a demanda da grande maioria dos diversos segmentos que atuam no setor, mas apenas retira-lhes competências, transferindo-as para a ANTAQ, SEP e CONAPORTOS.**

**Nesse sentido, veio na contra-mão da administração moderna que requer a descentralização e a participação dos interessados para democratizar o processo decisório.**



## **14 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Não previsto na MP 595, mas dela decorrente, o Decreto 7.861, de 2012, criou a CONAPORTOS - Comissão Nacional das Autoridades nos Portos, integrada exclusivamente por 10 órgãos públicos, sem qualquer participação de entidades da sociedade civil.**

**Todavia, um dos objetivos da MP 595 é atrair participação do setor privado, tanto em investimentos quanto em gestão portuária.**

**A administração moderna requer a participação dos agentes econômicos envolvidos, a exemplo do CAP.**

**A AEB propõe que a CONAPORTOS tenha a participação de operadores portuários, usuários e trabalhadores, pois isto aumenta a transparência e segurança jurídica, amplia investimentos e maximiza operações portuárias.**



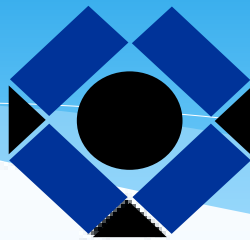
## **15 – MANUTENÇÃO DO CAP DELIBERATIVO**

**Por todos estes fatos, a AEB e as 17 entidades signatárias da carta encaminhada a esta Comissão Mista solicitam que os nobres Senadores e Deputados mantenham o CAP na sua forma original, que tem atuado de forma destacada em prol do comércio exterior brasileiro, mediante acolhimento da Emenda 205 que o resgata e o mantém inalterado como órgão DELIBERATIVO.**

**Como diz o ditado, em time que está ganhando não se mexe, o que se aplica ao CAP.**



Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB  
*Brazilian Foreign Trade Association*



***AEB – ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL***

**JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO**  
***Presidente***

***Avenida General Justo, 335 - 4º andar – Centro***

***Rio de Janeiro – Cep: 20021-130***

***Fone: (21) 2544-0048 – Fax: (21) 2544-0577***

***[www.aeb.org.br](http://www.aeb.org.br)***

***[Presidencia@aeb.org.br](mailto:Presidencia@aeb.org.br)***